

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - método indireto

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Associados e Diretores do
Country Club de Maringá
Maringá - PR

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Country Club de Maringá (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Country Club de Maringá** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Ausência de controle individual de bens

A Entidade não mantém controle adequado dos bens do ativo imobilizado, registrado na Rubrica “Imobilizado”, no montante de R\$ 23.014 mil (R\$ 20.910 mil em 2022), não havendo identificação dos itens por meio de chapas de controle ou outro dispositivo de identificação individual. Adicionalmente, a Administração não avaliou a vida útil econômica estimada de cada componente, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não efetuou o reconhecimento da depreciação e não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (*impairment*). Em virtude da falta dos controles e demais procedimentos para manutenção do imobilizado e vida útil dos bens para o período findo em 31 de dezembro de 2023, não foi possível assegurarmos a razoabilidade dos saldos de “Imobilizado” registrados no ativo, bem como seus reflexos no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a nossa responsabilidade, que emitimos relatório com modificações quanto Ausência de controle individual de bens em 12 de abril de 2023.

Responsabilidades da Administração e pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 12 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-0

Josnei F. Dagort
Josnei Francisco Dagort
Contador CRC 1 PR-054116/O-8

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		980	1.560
Contas a receber de clientes	7	171	163
Outras contas a receber		20	39
Adiantamento a fornecedores		66	69
Total do ativo circulante		1.236	1.831
Investimentos			
Intangível		29	25
Imobilizado	8	5	5
		23.014	20.910
Total do ativo não circulante		23.049	20.941
Total do ativo		24.285	22.772

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	9	1.172	696
Outras contas a pagar		11	40
Obrigações trabalhistas	10	1.072	875
Adiantamento de cliente		-	57
Total do passivo circulante		2.255	1.669
Não circulante			
Outras contas a pagar ou provisões		-	366
			366
Patrimônio social			
Capital social	11	20.737	19.154
Superavit acumulados		1.293	1.582
Total do patrimônio social		22.030	20.737
Total do passivo e patrimônio social		24.285	22.772

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	12	12.907	10.974
(-) Custo das vendas	13	(10.273)	(8.763)
Lucro bruto		2.635	2.211
Despesas gerais e administrativas	14	(4.838)	(2.650)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	3.495	2.039
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		1.292	1.600
Receitas financeiras		96	66
(-) Despesas financeiras		(95)	(83)
Despesas financeiras líquidas		1	(18)
Superavit do exercício		1.293	1.582

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superavit do exercício	1.293	1.582
Resultado abrangente total	<u>1.293</u>	<u>1.582</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Superávit acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		18.503	652	19.555
Superávit do exercício		-	1.582	1.582
Destinações:				
Incorporação ao Capital Social		652	(652)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		19.155	1.582	20.737
Superávit do exercício		-	1.293	1.293
Destinações:				
Incorporação ao Capital Social	12	1.582	(1.582)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		20.737	1.293	22.030

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit do exercício	1.293	1.582
	<u>1.293</u>	<u>1.582</u>
Aumento/(diminuição) nos ativos		
Contas a receber de clientes e outros créditos	(8)	(21)
Outras contas a receber	19	(36)
Adiantamento a fornecedores	4	(54)
Aumento/(diminuição) nos passivos		
Fornecedores	476	435
Outras contas a pagar	(29)	14
Obrigações trabalhistas	197	116
Outras contas a pagar ou provisões	(366)	366
Adiantamento de clientes	(57)	
Caixa gerado das atividades operacionais	<u>234</u>	<u>820</u>
Fluxo de caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>1.526</u>	<u>2.402</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Investimentos	(4)	(4)
Aquisição ativo imobilizado	(2.103)	(1.334)
Títulos e valores mobiliários		
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(2.107)</u>	<u>(1.338)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(580)</u>	<u>1.064</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.560	496
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	980	1.560
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(580)</u>	<u>1.064</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O COUNTRY CLUB DE MARINGÁ, é uma sociedade civil fundada em 1º de janeiro de 1958, com duração indeterminada, com sede e foro em Maringá, estado do Paraná, na Rua Nilo Peçanha, 151, Zona 04, CEP 87014-240, Maringá, Paraná, sem fins lucrativos, econômicos, políticos ou religiosos, que objetiva promover e estimular entre seus associados, esportes, diversões, recreações sociais, educacionais e afins.

A Entidade é composta de cidadãos maiores de idade e capazes, sem distinções de nacionalidade, sexo, cor, convicção política ou crença religiosa e é administrado pela Assembleia Geral, pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3. Base de preparação

a. Base para elaboração das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e a ITG 2002 aplicável a instituições sem fins lucrativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 12 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa n° 29 - Instrumentos financeiros.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Políticas contábeis materiais

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receita

(i) Mensalidades e outras receitas

A receita operacional é reconhecida quando

- (i) Os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) For provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Entidade;
- (iii) Os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) Não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos;
- (v) O valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é medida líquida de descontos comerciais, cancelamentos e impostos sobre as vendas.

COUNTRY CLUB DE MARINGA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

As receitas da Entidade são referentes basicamente a mensalidades e outras receitas referente a serviços prestados aos associados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras da Entidade compreendem:

- Receita de multas e juros de mensalidade;
- Rendimento de aplicação financeira;
- Despesa Bancária;
- Tarifa de Cobrança;
- Tarifa de Cartão de Débito e Crédito;

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de Renda e Contribuição Social

A entidade é considerada sem fins lucrativos e não efetua o reconhecimento e recolhimento de Imposto de renda e contribuição social

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

A entidade não vem reconhecendo a depreciação dos itens dos itens do ativo imobilizado.

f. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Entidade reconhece os empréstimos, os recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Entidade em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou um passivo separado.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Entidade.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Indicativos de que o devedor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperado de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Entidade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Entidade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não as propriedades para investimentos, os estoques e o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

COUNTRY CLUB DE MARINGA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

h. Patrimônio Social

É constituído o patrimônio social da Entidade por todos os bens móveis e imóveis de sua propriedade e por todos aqueles que vier a adquirir, assim como por todos os legítimos direitos que possua ou venha a possuir. A transferência do superávit/déficit para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação da assembleia dos associados

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	58	11
Aplicações financeiras (a)	921	1.549
	<u>980</u>	<u>1.560</u>

- a) As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem risco baixo de crédito, são remunerados em condições e taxas normais de mercado que variam entre 80% e 83% do CDI, e mensurados a valor justos e estão disponíveis para utilização das operações da Entidade, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

8. Imobilizado

a) Composição do saldo

	Taxa de depreciação %	Custo	Depreciação	2023	2021
Edificações e benfeitorias	4%	15.924	-	15.924	14.294
Obras em andamento			-		711
Móveis e utensílios	10%	713	-	713	668
Máquinas e equipamentos	20%	6.325	-	6.325	5.197
Veículos	25%	39	-	39	39
Outros		13	-	13	1
		<u>23.014</u>	<u>-</u>	<u>23.014</u>	<u>20.910</u>

COUNTRY CLUB DE MARINGA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação do custo e depreciação

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	2023
Edificações e benfeitorias	14.294	128	(2)		14.294
Móveis e utensílios	668	43			668
Máquinas e equipamentos	5.197	1.106	(4)		5.197
Veículos	39				39
Outros	1				1
Obras em andamento	711	894	(61)		711
	<u>20.910</u>	<u>2.171</u>	<u>(67)</u>		<u>23.014</u>

c) Movimentação do custo e depreciação

	2021	Adições	Baixas	Depreciação	2022
Edificações e benfeitorias	14.271	23			14.294
Móveis e utensílios	655	13			668
Máquinas e equipamentos	4.137	1.428	(368)		5.197
Veículos	39				39
Outros	1				1
Obras em andamento	473	278	(40)		711
	<u>19.576</u>	<u>1.742</u>			<u>20.910</u>

d) Teste da Redução ao valor recuperável (*impairment*).

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação

e) A Entidade não realizou depreciação em 2023 e em 2022.

9. Fornecedores

	2023	2022
Circulante		
Fornecedores nacionais	<u>1.172</u>	<u>1.062</u>
	<u>1.172</u>	<u>696</u>
Não circulante		
Fornecedores nacionais	-	366
	-	<u>366</u>

10. Obrigações Trabalhistas

	2023	2022
Salário a pagar	173	144
INSS a recolher	136	119
FGTS a recolher	45	39
Outros encargos sobre a folha	86	56
Provisões	632	517
	<u>1.072</u>	<u>875</u>

COUNTRY CLUB DE MARINGA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

11. Patrimônio social

O patrimônio social incluído no patrimônio social é formado pelo capital inicial, pelas mensalidades dos associados, demais serviços prestados e pelos superávits ou déficits acumulados apurados. O superávit do exercício anterior é transferido para a rubrica de patrimônio social e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte.

Em 2022, o patrimônio da Entidade era R\$ 19.154 (em milhares reais), todavia em 2023 houve uma incorporação ao patrimônio social de R\$ 1.582 (em milhares de reais), relativo ao superávit apurado em 31 de dezembro de 2022, resultando em um aumento no patrimônio social da Entidade para R\$ 20.737 (em milhares de reais).

12. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Mensalidade sócio proprietário	9.204	8.181
Mensalidade sócio proprietário - 13º	670	676
Outras mensalidades	18	1
Terraço Country	3.019	2.151
	<u>12.911</u>	<u>10.976</u>
Devoluções e abatimentos		
Devoluções	(4)	(2)
	<u>(4)</u>	<u>(2)</u>
	<u><u>12.907</u></u>	<u><u>10.974</u></u>

13. Custo dos serviços prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo funcionários	8.019	6.786
Custo de venda	2.140	1.448
Custo com terceiros	44	398
Outros custos	70	131
	<u>10.273</u>	<u>8.763</u>

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Água, luz e comunicações	1.056	691
Despesas com impostos e taxas	571	279
Serviços de terceiro	1.174	33
Despesas com manutenção	513	131
Despesas com marketing	100	65
Outras despesas	1.424	1.452
	<u>4.838</u>	<u>2.650</u>

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

15. Outras receitas (despesas) operacionais

	2023	2022
Receitas extraordinárias	3.522	2.508
Despesas extraordinárias	(27)	(469)
	<u>3.495</u>	<u>2.039</u>

16. Instrumentos financeiros

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, preço commodities etc.).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial da controlada em 31 de dezembro de 2023 estão identificados a seguir:

	2023		2022	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	980	980	1.560	1.560
Aplicações financeiras	921	921	1.549	1.549
Contas a receber de clientes	171	171	163	163
Adiantamentos	66	66	69	69
	<u>2.138</u>	<u>2.138</u>	<u>3.341</u>	<u>3.341</u>
Passivos Financeiros				
Fornecedores	(1.172)	(1.172)	(696)	(696)
Outras contas a pagar ou provisões	(11)	(11)	(406)	(406)
	<u>(1.183)</u>	<u>(1.183)</u>	<u>(1.102)</u>	<u>(1.102)</u>
	<u>955</u>	<u>955</u>	<u>2.239</u>	<u>2.239</u>

- **Caixa e equivalentes de caixa** - os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo e suas taxas de remuneração são substancialmente baseadas na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- **Contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outras obrigações** - decorrem diretamente das operações da Entidade, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

- **Empréstimos e financiamentos** - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos desses financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

a) **Gerenciamento dos riscos financeiros**

Visão geral

A Entidade possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são de responsabilidade da Tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Entidade, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Identificadas as exposições da Entidade, o responsável pela Tesouraria da Entidade precifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado.

A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Esses riscos são administrados por normas específicas da Entidade, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

COUNTRY CLUB DE MARINGA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

b) Análise de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2023 para os significativos identificados como riscos de mercado: taxas cambiais.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Entidade.

Como cenários prováveis foram adotados, as cotações e valores já estão reconhecidos contabilmente. Para os cenários “possíveis” e “remotos”, utilizamos uma variação entre 50% e 75% no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Exercício 2023								
Indexador	Posição	Saldo (R\$)	Posição	CDI	25% Possível		50% Possível	
				Atual	CDI	Perda	CDI	Perda
CDI	Aplicação	980	Queda CDI	11,15%	8,36%	(27)	5,58%	(55)

Exercício 2022								
Indexador	Posição	Saldo (R\$)	Posição	CDI	25% Possível		50% Possível	
				Atual	CDI	Perda	CDI	Perda
CDI	Aplicação	1.560	Queda CDI	12,39%	9,29%	(48)	6,20%	(97)

COUNTRY CLUB DE MARINGA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

19. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 28.340 (em milhares de reais) para danos materiais e pessoais.

20. Eventos subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A administração ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.